


SUMÁRIO

Capítulo 1


INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO	37
1. Conceito de Estado	37
1.1. Poderes do Estado	38
2. Governo X Estado	39
3. Administração Pública	39
4. Direito Administrativo	41
4.1. Conceito	41
4.1.1. Critérios de definição do Direito Administrativo	43
4.1.2. Direito Administrativo e a Ciência da Administração	45
5. Codificação e fontes do Direito Administrativo	45
5.1. Competência para legislar	49
6. Interpretação do Direito Administrativo	49
7. Evolução histórica do Direito Administrativo	50
8. Sistemas de controle da atuação administrativa	51
8.1. Sistema administrativo brasileiro	52
9. Relação com outros ramos do Direito	53
10. Regime Jurídico Administrativo	54
11. Constitucionalização do direito administrativo	55
12. Quadro Sinóptico	56
13. Súmulas	60
13.1. Súmulas do STF	60
14. Questões de concursos	61

Capítulo 2

REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	65
1. Definição	65
1.1. Princípios e regras	66
1.1.1. Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado	68
1.1.2. Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público	70
2. Princípios de Direito Administrativo	71
2.1. Princípio da Legalidade	71
2.2. Princípio da Impessoalidade	75
2.2.1. Princípio da intranscendência	78
2.3. Princípio da Moralidade	78
2.4. Princípio da Publicidade	79
2.5. Princípio da Eficiência	83


2.6. Princípios do Contraditório e da Ampla defesa	84
2.7. Princípio da Continuidade.....	88
2.8. Princípio da Autotutela.....	95
2.9. Princípio da Razoabilidade.....	96
 Vídeo.....	98
2.10. Princípio da Proporcionalidade	98
2.11. Princípio da Motivação	99
2.12. Isonomia.....	101
2.13. Finalidade	103
2.14. Especialidade	105
2.15. Segurança jurídica.....	105
2.16. Presunção de legitimidade e de veracidade das condutas estatais.....	107
3. Dever de observância dos princípios.....	109
4. Quadro Sinóptico	109
5. Súmulas	116
5.1. Súmulas do STF	116
5.2. Súmulas do STJ	117
6. Jurisprudências 2023/2024	117
7. Questões de concursos	118

Capítulo 3

PODERES ADMINISTRATIVOS	125
1. Introdução	125
1.1. Uso e abuso de poder.....	126
2. Discricionariedade e vinculação.....	127
2.1. Poder Vinculado	128
2.2. Poder Discricionário	128
3. Controle judicial da atividade administrativa discricionária.....	130
4. Poderes administrativos.....	130
4.1. Poder Normativo ou Poder Regulamentar.....	131
4.1.1. Regulamentos.....	131
4.1.2. Espécies de Regulamentos	132
4.1.3. Consulta pública	134
4.2. Poder Hierárquico.....	134
4.3. Poder Disciplinar	136
4.4. Poder de Polícia	139
 Vídeo.....	141
4.4.1. Polícia administrativa X Polícia judiciária	141
4.4.2. Discricionariedade e vinculação dos atos de polícia.....	141
4.4.3. Natureza dos atos de polícia	142

4.4.4.	Delegação dos atos de Polícia.....	143
4.4.4.1.	Ciclos de Polícia e delegação.....	145
4.4.5.	Atributos do Poder de Polícia	146
4.4.6.	Prescrição das sanções de polícia.....	147
4.4.7.	Atos de polícia previstos na Lei 13.979/20 (situação de pandemia de COVID-19).....	148
4.5.	Aprofundamento para provas subjetivas	150
5.	Quadro Sinóptico	154
6.	Súmulas	158
6.1.	Súmulas do STF	158
6.2.	Súmulas do STJ	159
7.	Jurisprudências 2023/2024	159
8.	Questões de Concursos	161


Capítulo 4


ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	167
1. Introdução	167
1.1. Princípios inerentes à organização administrativa	168
2. Prestação da atividade pública	169
2.1. Descentralização X Desconcentração.....	171
2.2. Espécies de descentralização	171
3. Administração direta	172
3.1. Órgãos públicos	173
3.1.1. Classificação de órgãos	176
3.1.2. Teorias da manifestação de vontade do órgão.....	178
3.1.3. Teoria da institucionalização.....	179
4. Administração Indireta.....	179
4.1. Entes da Administração Indireta	180
4.1.1. Características gerais.....	181
5. Autarquias.....	184
5.1. Regime jurídico aplicável às autarquias.....	185
5.2. Autarquias profissionais.....	192
5.3. Autarquias territoriais.....	196
5.4. Autarquias em regime especial.....	196
5.4.1. Autarquias Culturais - Universidades públicas	196
5.4.2. Agências reguladoras.....	197
 Vídeo.....	197
5.4.2.1. Regime especial.....	198
5.4.2.2. Poder normativo e atos decisórios.....	201
5.4.2.3. Articulação entre Agências Reguladoras e entre essas Agências e demais órgãos de controle.....	202
5.4.2.4. Interação operacional entre agências reguladoras	203
5.4.2.5. Espécies de Agências reguladoras	204
5.4.2.6. Regime de pessoal	204

5.4.2.7. Licitação.....	206
5.4.2.8. Teoria da captura.....	207
5.4.2.9. Agências reguladoras e delegificação	208
5.5. Agências Executivas.....	208
6. Fundações Públicas	210
6.1. Natureza jurídica.....	211
6.1.1. Fundação Pública de Direito Privado.....	212
6.1.2. Fundação Pública de Direito Público.....	214
7. Empresas estatais	216
7.1. Finalidades das empresas estatais	218
7.2. Regime Jurídico das empresas estatais.....	219
7.3. Empresas subsidiárias das empresas estatais e empresas controladas	230
7.4. Estrutura das Empresas Estatais.....	232
7.4.1. Requisitos de transparência.....	232
7.4.2. Conselho de Administração e Conselho Fiscal	233
7.4.3. Licitações e contratos firmados pelas empresas estatais.....	235
7.4.4. Controle das entidades	235
7.5. <i>Golden Share</i>	235
7.6. Aprofundamento para provas subjetivas	236
8. Quadro Sinóptico	237
9. Súmulas	252
9.1. Súmulas do STF	252
9.2. Súmulas do STJ	252
9.3. Súmulas do TST	252
10. JurisprudênciaS 2023/2024.....	253
11. Questões de Concursos	257


Capítulo 5


ATOS ADMINISTRATIVOS	263
1. Atos jurídicos	263
2. Atos administrativos X Atos da administração	264
3. Ato administrativo	266
3.1. Conceito.....	266
3.2. Atos vinculados e Atos discricionários	268
4. Elementos ou requisitos do ato administrativo	270
4.1. Competência.....	271
4.1.1. Características da competência administrativa	272
4.2. Finalidade	276
4.3. Forma	279
4.3.1. Silêncio Administrativo	280
4.3.2. Vício no elemento forma.....	282
4.4. Motivo.....	283
4.4.1. Motivo e motivação.....	285

	Vídeo.....	288
	4.5. Objeto	289
	4.6. Elementos discricionários e vinculados.....	290
	5. Elementos e pressupostos do ato administrativo no entendimento de Celso Antônio Bandeira de Mello	291
	6. Atributos do ato administrativo.....	292
	6.1. Presunção de veracidade.....	293
	6.2. Presunção de legitimidade.....	293
	6.3. Imperatividade.....	294
	6.4. Exigibilidade.....	295
	6.5. Executoriedade ou autoexecutoriedade.....	295
	6.6. Tipicidade.....	296
	7. Fases de constituição do ato administrativo	296
	7.1. A perfeição	296
	7.2. A validade.....	297
	7.3. A eficácia	297
	7.3.1. Elementos acidentais do ato administrativo	299
	7.3.1.1. Condição	299
	7.3.1.2. Termo	299
	7.3.1.3. Encargo.....	299
	7.4. Atos após a formação	300
	8. Classificação dos atos administrativos.....	301
	8.1. Quanto ao grau de liberdade, os atos se dividem em vinculados e discricionários	301
	8.2. Quanto à formação, os atos administrativos podem ser divididos em simples, complexos ou compostos.....	301
	8.3. Quanto aos destinatários, os atos podem ser gerais ou individuais	303
	8.4. Quanto ao objeto, os atos administrativos podem ser atos de império, de expediente ou atos de gestão.....	303
	8.5. Quanto à estrutura, os atos podem ser concretos ou abstratos	304
	8.6. Quanto aos efeitos, os atos se dividem em constitutivos e declaratórios	304
	8.7. Quanto aos resultados na esfera jurídica os atos podem ser ampliativos ou restritivos	304
	8.8. Quanto ao seu alcance, os atos administrativos podem ser internos ou externos	305
	9. Espécies de atos administrativos	305
	9.1. Atos normativos.....	305
	9.2. Atos ordinatórios	307
	9.3. Atos negociais	308
	9.4. Atos enunciativos.....	312
	9.5. Atos punitivos.....	315
	10. Extinção dos atos administrativos.....	315
	10.1. Extinção natural.....	315
	10.2. Renúncia.....	316
	10.3. Desaparecimento da pessoa ou coisa sobre a qual o ato recai	316


10.4. Retirada	316
10.4.1. Anulação	316
10.4.2. Revogação	321
10.4.3. Cassação	322
10.4.4. Caducidade	322
 Vídeo	322
10.4.5. Contraposição (derrubada)	323
11. Aprofundamento para provas subjetivas de concursos – Estabilização dos efeitos dos atos administrativos	323
12. Quadro Sinóptico	328
13. Súmulas	345
13.1. Súmulas do STF	345
13.2. Súmulas do STJ	345
14. Jurisprudências 2023/2024	345
15. Questões de concursos	348

Capítulo 6

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	355
1. Fundamento da responsabilidade	355
2. Histórico: evolução da responsabilidade civil do Estado	356
3. Responsabilidade Civil do Estado na CFRB/88.....	358
3.1. Agentes da responsabilidade civil.....	359
3.2. Responsabilidade Objetiva	361
3.2.1. Teorias da responsabilidade civil do Estado	363
3.3. Responsabilidade por omissão do Estado	365
3.3.1. A Responsabilidade por Omissão e Teoria do Risco Criado (Risco Suscitado).....	366
 Vídeo	368
3.3.2 Responsabilidade do Estado em caso de operações policiais.....	368
3.4. Indenização.....	369
3.5. Excludentes de responsabilidade do Estado	370
3.6. Responsabilidade do Agente Público	370
3.6.1. Denúnciação à lide do Agente Público.....	374
3.6.2. Dolo e erro grosseiro	376
3.7. Prazo prescricional	377
3.8. Responsabilidade por obra pública.....	379
3.9. Responsabilidade pré-contratual.....	380
3.10. Responsabilidade por erro médico em clínicas credenciadas	380
4. Responsabilidade por atos legislativos.....	381
4.1. Leis de efeitos concretos	381
4.2. Leis em sentido formal e material.....	381
5. Responsabilidade por atos jurisdicionais.....	382

6. Responsabilidade das pessoas jurídicas por atos praticados contra o Poder Público (lei anticorrupção)	383
 Vídeo	384
6.1. Responsabilidade administrativa	385
6.2. Processo administrativo	386
6.3. Responsabilidade judicial	387
7. Aprofundamento para provas discursivas	388
8. Quadro Sinóptico	390
9. Súmulas	395
9.1. Súmulas do STF	395
9.2. Súmulas do STJ	395
10. Jurisprudências 2023/2024	396
11. Questões de Concursos	399


Capítulo 7

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO	405
1. Introdução	405
2. Conceito	406
3. Classificação	407
4. Controle Administrativo	411
4.1. Provocação da Administração Pública	414
4.2. Recursos administrativos	415
4.3. Órgãos internos de controle	416
5. Controle Legislativo	419
5.1. Controle Parlamentar Direto	419
5.2. Controle exercido pelos Tribunais de Contas	420
5.2.1. Atribuições do Tribunal de Contas da União	421
6. Controle judicial	423
6.1. Ações judiciais	425
6.1.1. Mandado de Segurança	425
 Vídeo	429
6.1.2. Ação Popular	429
6.1.3. <i>Habeas Data</i>	430
6.1.4. Ação civil pública	431
6.1.5. Mandado de Injunção	432
6.1.6. Demais ações	435
6.2. <i>Atos interna corporis</i>	435
7. Aprofundamento para provas discursivas – anulação de atos administrativo e segurança jurídica	436
8. Quadro Sinóptico	437
9. Súmulas	450
9.1. Súmulas do STF	450
9.2. Súmulas do STJ	451

10. Jurisprudências 2023/2024	451
11. Questões de Concursos	453

Capítulo 8

LICITAÇÃO DE ACORDO COM AS LEIS 8.666/93, 10.520/02 E 12.462/11	459
1. Conceito	459
2. Competência para legislar	460
3. Finalidades do procedimento licitatório	461
4. Princípios norteadores da licitação.....	462
4.1. Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório	463
4.2. Princípio do Julgamento Objetivo.....	463
4.3. Princípio do Sigilo das Propostas.....	463
4.4. Princípio do Procedimento Formal	464
4.5. Princípio da Eficácia Administrativa.....	464
4.6. Princípio da isonomia	464
5. Tipos de Licitação	465
6. Desempate na licitação.....	466
7. Quem deve licitar.....	468
8. Intervalo mínimo	469
9. Comissão	470
10. Modalidades Licitatórias	472
10.1. Concorrência	474
10.2. Tomada de preços	476
10.2.1. Cadastro de interessados.....	477
10.3. Convite.....	478
10.4. Concurso	479
10.5. Leilão.....	480
10.6. Pregão.....	482
10.6.1. Pregão eletrônico	483
11. Licitação para registro de preços	484
12. Procedimentos licitatórios	485
12.1. Concorrência	485
12.2. Procedimento da tomada de preços.....	502
12.3. Procedimento do Convite	502
12.4. Procedimento do concurso e do leilão	502
12.5. Procedimento do pregão	503
12.5.1. Procedimento do pregão eletrônico	505
12.5.1.1. Dispensa eletrônica	512
13. Licitação internacional	512
14. Licitações de grande vulto e alta complexidade técnica.....	513
15. Tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	514
16. Dispensa e Inexigibilidade da licitação	516
16.1. Inexigibilidade de licitação	517

16.1.1. Inexigibilidade de licitação para serviços de advocacia e contabilidade	518
16.2. Dispensa de licitação	519
16.3. Procedimento para contratação direta	528
16.4. Resumo de dispensa de inexigibilidade	529
17. Aprofundamento para provas subjetivas. Licitação “carona”	530
 Vídeo	533
18. Quadro Sinóptico	533
19. Súmulas	550
19.1. Súmulas do STF	550
19.2. Súmulas do STJ	550
20. Jurisprudências 2023/2024	550
21. Questões de Concursos	553

Capítulo 9



LICITAÇÃO NOS TERMOS DA LEI 14.133/2021	561
1. Conceito	561
2. Competência para legislar	562
3. Finalidades do procedimento licitatório	564
4. Princípios norteadores da licitação.....	564
4.1. Princípio da Vinculação ao Edital	565
4.2. Princípio do Julgamento Objetivo.....	565
4.3. Princípio do Sigilo das Propostas.....	566
4.4. Princípio da competitividade.....	566
4.5. Princípio da Economicidade	566
4.6. Princípio da isonomia	566
4.7. Princípio da segregação de funções.....	567
4.8. Princípio da segurança jurídica.....	568
4.9. Princípio do planejamento	568
5. Tipos de Licitação	569
6. Desempate na licitação.....	571
7. Quem deve licitar.....	572
8. Intervalo mínimo	574
9. Agentes da licitação.....	575
10. Plano de contratação anual.....	577
11. Alterações do plano	578
12. Modalidades Licitatórias	578
12.1. Concorrência	578
12.2. Concurso	579
12.3. Leilão.....	580
12.4. Pregão.....	582
12.5. Diálogo competitivo	583
13. Licitação para registro de preços	583

13.1. Prorrogação da ata de registro de preços	585
13.2. Reajuste e reequilíbrio da ata de registro de preços	586
13.3. Ata de registro de preços mediante dispensa de licitação	586
14. Procedimentos licitatórios	586
14.1. Procedimento comum (concorrência e pregão).....	587
14.1.1. Fase preparatória	587
14.2. Fase externa.....	596
14.2.1. Divulgação do edital de licitação	597
14.2.2. Apresentação de propostas e lances	598
14.2.3. Julgamento	599
14.2.4. Habilitação.....	601
14.2.5. Recurso	605
14.2.6. Encerramento.....	606
14.3. Procedimento do Diálogo Competitivo.....	608
15. Licitação internacional	610
16. Licitações de grande vulto	611
17. Tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	612
18. Dispensa e Inexigibilidade da licitação	614
18.1. Inexigibilidade de licitação	616
18.2. Dispensa de licitação	618
18.3. Dispensa para alienação de bens de licitação.....	624
18.4. Resumo de dispensa de inexigibilidade.....	626
19. Procedimento de manifestação de interesse.....	627
20. Procedimentos auxiliares	628
20.1. Credenciamento.....	628
20.2. Registro cadastral	628
20.3. Pré-qualificação.....	629
21. Aprofundamento para provas subjetivas. Licitação “carona” ou adesão à ata de registro de preços.....	630
22. Quadro Sinóptico	633

Capítulo 10

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE ACORDO COM AS LEIS 8.666/93, 10.530/02 E 12.462/11

1. Introdução	649
2. Conceito	651
3. Competência legislativa.....	652
4. Características dos contratos administrativos	652
4.1. Formalismo.....	654
5. Garantia.....	657
6. Cláusulas exorbitantes	659
6.1. Alteração unilateral do contrato	659
6.2. Rescisão unilateral do contrato	661
6.3. Fiscalização da execução do contrato	664

6.4. Ocupação temporária de bens	665
6.5. Aplicação de penalidades.....	665
6.5.1. Impedimento Indireto.....	667
7. Alteração contratual por vontade das partes.....	669
8. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato.....	670
8.1. Pagamentos feitos ao particular	671
 Vídeo.....	672
9. Teoria da imprevisão	673
10. Subcontratação nos contratos da administração.....	675
11. Duração	676
11.1. Exceções à vigência máxima de um ano.....	676
12. Responsabilidades decorrentes do contrato.....	679
13. Recebimento do objeto contratual.....	682
14. Formas de extinção do contrato administrativo	683
15. Dos contratos administrativos em espécie.....	685
 Vídeo.....	687
16. Convênios.....	692
17. Consórcios Públicos	694
17.1. Fundos patrimoniais	694
18. Regime Diferenciado de Contratações.....	697
18.1. Objetivos	698
18.2. Peculiaridades da Lei 12.462/11.....	698
19. Licitações e contratos das empresas estatais.....	704
19.1. Dispensa e inexigibilidade.....	704
19.2. Modalidade e regras aplicáveis.....	707
19.3. Tipos de licitação e intervalo mínimo.....	707
19.4. Procedimento da licitação	708
19.5. Pré-qualificação permanente	710
19.6. Cadastramento.....	711
19.7. Registro de preços	711
19.8. Prazos de implementação	711
19.9. Contratos firmados com as empresas estatais.....	712
19.9.1. Garantia	712
19.9.2. Duração	712
19.9.3. Alteração bilateral.....	713
19.10. Sanções	714
19.11. Subcontratação	715
19.12. Contratação integrada e contratação semi-integrada.....	715
19.13. Controle do Tribunal de Contas X autonomia gerencial da empresa.....	717
20. Convênios e contratos de repasse com o poder público	718
21. Programas de parcerias de investimentos - PPI	718

21.1. Relicitação	719
22. Aprofundamento para prova subjetiva	721
23. Quadro Sinóptico	723
24. Súmulas	740
24.1. Súmulas do STF	740
24.2. Súmulas do TST	740
25. Jurisprudência 2023/2024.....	741
26. Questões de concursos	742


Capítulo 11

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NOS TERMOS DA LEI 14.133/21	749
1. Introdução	749
2. Conceito	751
3. Competência legislativa.....	752
4. Características dos contratos administrativos.....	752
4.1. Formalismo.....	755
5. Garantia.....	758
5.1. Cláusula de retomada.....	759
6. Cláusulas exorbitantes / prerrogativas da administração.....	761
6.1. Alteração unilateral do contrato	761
6.2. Rescisão unilateral do contrato	764
6.3. Fiscalização da execução do contrato	768
6.4. Ocupação temporária de bens	768
6.5. Aplicação de penalidades.....	769
6.5.1. Impedimento Indireto	772
7. Alteração contratual por vontade das partes.....	775
8. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato	776
8.1. Pagamentos feitos ao particular	776
9. Teoria da imprevisão	778
10. Alocação de riscos	780
11. Subcontratação nos contratos da administração.....	781
12. Duração	782
12.1. Exceções à vigência máxima de um ano.....	783
13. Responsabilidades decorrentes do contrato.....	786
14. Recebimento do objeto contratual.....	790
15. Formas de extinção do contrato administrativo	791
16. Da solução alternativa de controvérsias.....	794
17. Planos de contratação anual	795
18. Portal nacional de contratações públicas (PNCP).....	795
19. Disposições penais da Lei 14.133/2021	797
20. Dos contratos administrativos em espécie.....	797
21. Convênios e contratos de repasse com o poder público	806

21.1. Vedações para celebração de convênios.....	807
21.2. Plano de trabalho.....	809
21.3. Cláusulas necessárias do convênio.....	809
21.4. Prestação de contas.....	809
22. Consórcios Públicos.....	810
23. fundos patrimoniais.....	810
24. Licitações e contratos das empresas estatais.....	813
24.1. Dispensa e inexigibilidade.....	813
24.2. Modalidade e regras aplicáveis.....	816
24.3. Tipos de licitação e intervalo mínimo.....	816
24.4. Procedimento da licitação.....	817
24.5. Pré-qualificação permanente.....	819
24.6. Cadastramento.....	820
24.7. Registro de preços.....	820
24.8. Prazos de implementação.....	821
24.9. Contratos firmados com as empresas estatais.....	821
24.9.1. Garantia.....	821
24.9.2. Duração.....	822
24.9.3. Alteração bilateral.....	822
24.10. Sanções.....	823
24.11. Subcontratação.....	824
24.12. Contratação integrada e contratação semi-integrada.....	824
24.13. Controle do Tribunal de Contas X autonomia gerencial da empresa.....	826
25. Programas de parcerias de investimentos - PPI.....	827
25.1. Relicitação.....	828
26. Responsabilidade do agente por ato praticado com base em parecer jurídico.....	829
27. Licenciamento ambiental e desapropriação.....	831
28. Aprofundamento para prova subjetiva.....	833
29. Quadro Sinóptico.....	836

Capítulo 12

SERVIÇOS PÚBLICOS.....	853
1. Conceito.....	853
2. Princípios.....	855
2.1. Dever de prestação pelo Estado.....	856
2.2. Modicidade.....	856
2.3. Atualidade.....	857
2.4. Cortesia.....	857
2.5. Economicidade.....	857
2.6. Generalidade.....	857
2.7. Submissão a controle.....	857
2.8. Continuidade.....	858

2.8.1. Greve de agentes públicos.....	858
2.8.2. Inadimplemento do usuário do serviço.....	862
2.8.3. <i>Exceptio non adimpleti contractus</i>	865
2.8.4. Ocupação temporária de bens e substituição.....	865
2.9. Isonomia.....	866
3. Formas de prestação do serviço público.....	866
4. Classificação.....	869
5. Delegação Contratual de Serviços	871
6. Concessão de Serviços Públicos.....	872
6.1. Poder concedente.....	873
6.1.1. Direitos e obrigações do concedente.....	874
6.2. Concessionária.....	876
6.3. Usuários do serviço	878
6.4. Procedimento licitatório.....	879
6.4.1. Modalidades licitatórias diferenciadas	880
6.5. Formalização dos contratos de concessão de serviço público.....	881
6.6. Intervenção	882
6.7. Duração do contrato de concessão	883
6.8. Arbitragem.....	884
6.9. Subconcessão	884
6.10. Remuneração da concessionária	885
6.10.1. Assunção do controle da empresa pelos financiadores	887
6.11. Extinção do contrato de concessão	888
7. Parceria Público-Privada – PPP	890
7.1. Espécies de Parcerias	891
 Vídeo.....	891
7.2. Cláusulas dos contratos de Parceria Público-Privada.....	892
7.3. Características específicas das parcerias.....	894
7.3.1. Compartilhamento de riscos e de ganhos decorrentes da redução do risco.....	894
7.3.2. Financiamento do setor privado	894
7.3.3. Pluralidade compensatória.....	895
7.3.4. Garantias do parceiro público.....	896
7.3.5. Diretrizes da lei de PPP	897
7.3.6. Procedimento licitatório.....	898
7.3.7. Sociedade de Propósito Específico	900
7.3.8. Normas aplicadas no âmbito federal para os contratos de Parcerias Público-Privadas	901
8. Permissão de Serviço Público.....	903
9. Autorização de serviço público	905
10. Consórcios Públicos	906
11. Aprofundamento para provas subjetivas – Administração Dialógica	911
12. Aprofundamento para provas subjetivas – Consórcios públicos entre união e municípios.....	912
13. Quadro Sinóptico	913


14. Súmulas	936
14.1. Súmulas do STF	936
14.2. Súmulas do STJ	937
15. Jurisprudências 2023/2024	937
16. Questões de Concursos	939


Capítulo 13


ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR	945
1. Setores da Economia	945
1.1. Entidades do terceiro setor	946
2. Serviço Social Autônomo	947
3. Entidades de Apoio	950
4. Organizações Sociais (OS)	952
4.1. Programa nacional de publicização (PNP)	956
5. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	957
6. Organizações da sociedade civil (OSC)	959
6.1. Do termo de colaboração, do termo de fomento e do acordo de cooperação	960
6.2. Procedimento de manifestação de interesse social	961
6.3. Chamamento público	962
6.4. Dispensa e inexigibilidade do certame	964
6.5. Organizações da sociedade civil - requisitos	965
6.6. Formalização das parcerias	967
6.7. Contratos firmados entre as organizações da sociedade civil e terceiros	970
6.8. Liberação de recursos pelo ente estatal e aplicação dos mesmos	970
6.9. Prestação de contas	971
6.10. Responsabilização da organização da sociedade civil e aplicação de penalidades	972
7. Quadro Sinóptico	973
8. Súmulas	981
8.1. Súmulas do STF	981
9. Jurisprudências 2023/2024	982
10. Questões de concursos	982

Capítulo 14

AGENTES PÚBLICOS	989
1. Conceito	989
2. Classificação de agentes	991
2.1. Agentes Políticos	991
2.2. Particulares em colaboração com o poder público	993
2.3. Servidores estatais	994
2.3.1. Servidores temporários	995
2.3.2. Regime jurídico dos servidores efetivos	997
2.3.3. Servidores celetistas	1003
2.3.4. Servidores estatutários	1005

3.	Cargo público, emprego público e função pública.....	1007
3.1.	Emprego público	1007
3.2.	Cargo Público	1008
3.2.1.	Classificação de cargos.....	1010
3.3.	Função Pública	1011
4.	Requisitos de ingresso no serviço público	1013
4.1.	Ampla acessibilidade	1013
4.2.	Concurso público	1015
4.2.1.	Exceções ao concurso público.....	1017
4.2.2.	Regras definidas pelo edital.....	1021
4.2.3.	Realização de novo concurso na vigência do certame anterior.....	1028
4.2.4.	Direito subjetivo à nomeação	1028
4.2.4.1.	Cadastro de reserva.....	1031
4.2.5.	Cláusula de barreira.....	1031
4.3.	Nacionalidade brasileira	1033
4.4.	O gozo dos direitos políticos.....	1033
4.5.	A quitação com as obrigações militares e eleitorais	1033
4.6.	O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo	1033
4.7.	Aptidão física e mental para o exercício das funções do cargo	1034
4.7.1.	Portadores de necessidades especiais.....	1035
4.7.2.	Limite de idade	1036
4.7.3.	Exame psicotécnico	1038
4.8.	Atividade jurídica.....	1040
4.9.	Vedação ao nepotismo.....	1042
4.10.	Vagas reservadas para negros e pardos.....	1045
4.11.	Terceirização de atividade pública	1047
5.	Estabilidade	1047
5.1.	Conceito e evolução constitucional	1048
5.2.	Empregos públicos.....	1051
5.3.	Dispensa do servidor estável.....	1052
5.4.	Estabilidade x Estágio probatório	1055
5.5.	Vitaliciedade	1057
6.	Direito de greve do servidor público.....	1058
7.	Provimento	1061
7.1.	Provimento Originário.....	1062
7.2.	Provimento Derivado.....	1062
7.2.1.	Provimento derivado vertical	1063
7.2.2.	Provimento derivado horizontal.....	1064
7.2.3.	Provimento derivado por reingresso.....	1064
	Vídeo.....	1066
8.	Vacância.....	1067
9.	Acumulação de Cargos.....	1069

 Vídeo.....	1071
9.1. Acumulação de cargos na carreira militar	1073
10. Deslocamento	1073
10.1. Remoção.....	1074
10.2. Redistribuição.....	1075
11. Remuneração do Servidor Público.....	1076
11.1. Irredutibilidade de Remuneração	1078
11.2. Salário Mínimo.....	1080
11.3. Pagamento em atraso	1080
11.4. Vinculação e equiparação de remunerações	1080
11.5. Subsídios.....	1082
11.6. Teto remuneratório	1082
11.7. Desconto na remuneração do servidor público.....	1085
11.8. Honorários Advocatícios dos Advogados Públicos.....	1086
12. Vantagens.....	1086
12.1. Indenização.....	1087
12.2. Gratificações	1090
12.3. Adicionais	1092
13. Férias	1094
14. Licenças	1095
15. Afastamentos.....	1098
15.1. Afastamento para o exercício de mandato eletivo.....	1098
15.2. Afastamento para Servir a Outro Órgão ou Entidade	1099
15.3. Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior	1099
15.4. Afastamento para Participação em Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> no Brasil.....	1100
16. Concessões	1101
17. Regime Disciplinar	1102
17.1. Responsabilidade do servidor público.....	1102
18. Infrações e Sanções administrativas	1103
18.1. Demissão	1104
18.2. Cassação de aposentadoria e cassação de disponibilidade.....	1106
18.3. Suspensão	1107
18.4. Destituição de cargo em comissão e destituição de função de confiança	1108
18.5. Advertência.....	1108
18.6. Prescrição.....	1109
18.7. Registro da Penalidade	1110
18.8. Competência para aplicação da Penalidade.....	1111
19. Processo Administrativo Disciplinar.....	1112
19.1. Sindicância.....	1113
19.2. Processo administrativo disciplinar propriamente dito (PAD)	1114
19.3. Fases do Processo Administrativo Disciplinar	1114


19.4. Recurso e Pedido de reconsideração	1119
19.5. Revisão	1119
20. Processo sumário	1120
21. Aposentadoria do Servidor Público	1120
21.1. Regimes de Previdência	1121
21.2. Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)	1122
21.2.1. Breve histórico constitucional	1123
21.2.2. Características do RPPS	1124
21.2.3. Hipóteses de aposentadoria	1125
21.2.4. Valor da contribuição	1132
21.2.4.1. Contribuição de inativos	1133
21.2.4.2. Déficit atuarial e criação de contribuição extraordinária	1134
21.2.5. Teto do regime próprio	1134
21.2.6. Paridade e Integralidade	1135
21.3. Natureza jurídica do ato de aposentadoria	1136
 Vídeo	1137
21.4. Acumulação de aposentadoria	1137
22. Demais benefícios da seguridade social do servidor	1137
22.1. Benefícios dos segurados	1138
22.1.1. Salário-família	1138
22.1.2. Auxílio-natalidade	1138
22.1.3. Licença para tratamento de saúde	1138
22.1.4. Licença-gestante, adotante e paternidade	1139
22.1.5. Licença por acidente em serviço	1140
22.1.6. Assistência à saúde	1140
22.2. Benefícios dos dependentes	1140
22.2.1. Pensão por morte	1140
22.2.1.1. Beneficiários da pensão	1142
22.2.1.2. Exclusão da Pensão	1143
22.2.1.3. Acumulação de pensões	1144
22.2.1.4. Pensão provisória	1145
22.2.2. Auxílio-reclusão	1145
22.2.3. Auxílio-funeral	1146
22.2.4. Assistência à saúde	1146
23. Quadro Sinóptico	1146
24. Súmulas	1184
24.1. Súmulas do STF	1184
24.2. Súmulas do STJ	1185
24.3. Súmulas do TST	1186
25. Jurisprudências 2023/2024	1186
26. Questões de Concursos	1189


Capítulo 15

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1197
1. Considerações iniciais	1197
2. Conceito	1198
3. Natureza jurídica das sanções de improbidade.....	1198
4. Dos agentes da improbidade administrativa	1200
5. Espécies de ato de improbidade e sanções aplicáveis	1202
6. Sanções pela prática de ato de improbidade.....	1207
7. Cautelar de indisponibilidade de bens.....	1208
8. Cautelar de afastamento preventivo.....	1211
9. Procedimento da Ação de improbidade	1211
9.1. Partes e competência	1211
9.2. Petição inicial, contestação e julgamento	1213
9.3. Transformação em ação civil pública	1218
10. Do acordo de não persecução cível.....	1220
11. Crime de denúncia caluniosa	1221
12. Prescrição.....	1222
13. Retroatividade da norma mais benéfica em improbidade administrativa.....	1224
14. Aprofundamento para provas discursivas.....	1227
14.1. Inconstitucionalidade da Lei de Improbidade Administrativa.....	1227
15. Quadro Sinóptico	1229
16. Súmulas	1234
16.1. Súmulas do STJ	1234
17. Jurisprudências 2023/2024	1234
18. Questões de Concursos	1240

Capítulo 16


INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE	1247
1. Direito de Propriedade.....	1247
2. Intervenção do Estado na propriedade: fundamentos constitucionais	1248
3. Modalidades de intervenção	1250
4. Desapropriação	1250
4.1. Objeto da desapropriação.....	1251
4.2. Pressupostos da desapropriação	1252
4.2.1. Desapropriação Comum	1254
4.2.2. Desapropriação especial urbana	1257
4.2.3. Desapropriação Especial Rural.....	1259
4.2.4. Desapropriação Confisco.....	1260
4.3. Procedimento da Desapropriação	1263
4.3.1. Competência para desapropriar	1263
4.3.2. Fases do Procedimento	1265
4.3.2.1. Fase Declaratória	1266
4.3.2.2. Fase executória	1268

4.3.3. Execução por meio de mediação ou arbitragem	1269
4.4. Ação de desapropriação	1270
4.5. Correção monetária	1272
4.6. Juros compensatórios	1273
 Vídeo	1274
4.7. Juros moratórios	1275
4.8. Honorários advocatícios	1276
4.9. Ação de desapropriação rural	1277
4.10. Desapropriações diferenciadas	1279
4.10.1. Desapropriação privada	1279
4.10.2. Desapropriação indireta	1280
4.11. Situações específicas na desapropriação	1282
4.11.1. Direito de extensão	1283
4.11.2. Tredestinação e Retrocessão	1283
4.12. Desapropriação por zona	1287
4.13. Desapropriação de domínio útil	1288
5. Intervenções restritivas na propriedade privada	1289
5.1. Limitação administrativa	1289
5.2. Servidão Administrativa	1292
5.2.1. Constituição e extinção da servidão administrativa	1294
5.2.2. Procedimento de instituição da servidão administrativa	1295
5.2.3. Diferenças entre servidão civil e servidão administrativa	1296
5.3. Tombamento	1297
5.3.1. Bens objetos de tombamento	1299
5.3.2. Obrigações decorrentes do tombamento	1301
5.3.3. Indenização	1302
5.3.4. Procedimento	1303
5.3.5. Extinção	1304
5.3.6. Tombamento X Servidão Administrativa	1305
5.4. Requisição administrativa	1306
5.4.1. Características e objeto da requisição	1306
5.5. Ocupação temporária	1307
6. Quadro Sinóptico	1308
7. Súmulas	1331
7.1. Súmulas do STF	1331
7.2. Súmulas do STJ	1332
8. Jurisprudências 2023/2024	1332
9. Questões de Concursos	1335
Capítulo 17	
BENS PÚBLICOS	1341
1. Conceito	1341

2. Competência para legislar	1343
3. Classificação.....	1344
4. Afetação e desafetação de bens públicos.....	1345
5. Garantias	1346
 Vídeo.....	1348
5.1. Alienação de bens públicos.....	1348
6. Utilização de bens públicos por particulares	1350
6.1. Consentimento estatal para utilização especial de bens públicos	1352
7. Aquisição de bens – incorporação dos bens ao patrimônio público.....	1354
7.1. Aquisição contratual	1354
7.2. Aquisição legal ou por fenômenos da natureza	1355
8. Bens em espécie	1356
9. Aprofundamento para provas discursivas.....	1360
10. Quadro Sinóptico	1361
11. Súmulas	1366
11.1. Súmulas do STF	1366
11.2. Súmulas do STJ	1366
12. Jurisprudências 2023/2024	1366
13. Questões de Concursos	1369

Capítulo 18

PROCESSO ADMINISTRATIVO	1373
1. Introdução e conceito.....	1373
2. Finalidade do processo administrativo.....	1374
2.1. Obrigatoriedade dos processos administrativos.....	1376
3. Princípios aplicáveis ao processo administrativo	1376
3.1. Princípio da Oficialidade (Impulso Oficial).....	1377
3.2. Devido Processo Legal.....	1377
3.3. Contraditório e Ampla Defesa	1378
3.4. Instrumentalidade das formas	1381
3.5. Informalismo ou Formalismo Necessário	1381
3.6. Verdade Real	1382
3.7. Gratuidade.....	1383
3.8. Princípio da Legalidade.....	1383
3.9. Princípio da motivação.....	1383
4. Processo Administrativo Federal	1384
4.1. Aplicação Subsidiária	1385
4.2. Princípios previstos na lei 9.784/99.....	1385
5. Direitos e deveres dos particulares	1386
5.1. Legitimidade processual	1387
6. Início do processo	1388

 Vídeo.....	1388
7. Competência administrativa.....	1389
7.1. Suspeição e impedimento.....	1390
8. Dos atos processuais.....	1390
8.1. Forma, tempo e lugar dos atos processuais.....	1390
8.2. Comunicação dos atos processuais.....	1391
9. Fases do processo administrativo.....	1392
9.1. Instauração.....	1392
9.2. Instrução processual, defesa e relatório.....	1393
9.3. Decisão.....	1395
10. Motivação dos atos processuais.....	1395
10.1. Da motivação <i>aliunde</i>	1396
11. Extinção do processo.....	1396
12. Anulação, revogação e convalidação de atos no processo.....	1397
13. Decisão coordenada.....	1397
14. Recursos administrativos.....	1398
14.1. Não recebimento do recurso e seus efeitos.....	1399
14.2. Da <i>reformatio in pejus</i>	1400
14.3. Da revisão.....	1400
15. Contagem de prazos.....	1400
16. Processo Administrativo Disciplinar.....	1401
16.1. Sindicância investigativa ou preparatória.....	1401
16.2. Sindicância contraditória ou acusatória.....	1402
16.3. Processo administrativo disciplinar propriamente dito (PAD).....	1403
16.3.1. Fases do Processo Administrativo Disciplinar.....	1404
17. Impugnações administrativas do julgamento.....	1410
17.1. Recurso e Pedido de Reconsideração.....	1411
17.2. Revisão.....	1411
18. Processo sumário.....	1412
19. Quadro sinóptico.....	1414
20. Súmulas.....	1426
20.1. Súmulas do STF.....	1426
20.2. Súmulas do STJ.....	1426
21. Jurisprudências 2023/2024.....	1427
22. Questões de Concursos.....	1430

Capítulo 19

ATUAÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO.....	1437
1. Introdução.....	1437
2. O estado regulador e a constitucionalização normativa.....	1438
3. A ordem econômica e seus fundamentos.....	1439
3.1. Valorização do trabalho humano.....	1439

3.2. Liberdade de iniciativa	1440
4. Princípios da ordem econômica.....	1440
5. Formas de atuação do estado	1441
6. Estado regulador	1441
6.1. Competências para intervenção.....	1442
6.2. Repressão ao abuso do poder econômico.....	1443
6.2.1. Hipóteses de abuso	1444
6.2.2. Espécies de abuso. Trustes, cartéis e <i>dumping</i>	1445
6.2.3. Práticas restritivas verticais.....	1445
6.3. Normas de repressão dos abusos.....	1446
6.3.1. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).....	1446
6.3.2. Responsabilização e sanções aplicáveis nos casos de infração à ordem econômica	1447
6.3.3. Acordo de leniência	1449
6.3.4. Controle de concentrações.....	1450
6.4. Controle do abastecimento	1451
7. Estado executor.....	1452
7.1. Exploração direta em regime de livre concorrência	1452
7.1.1. Regime das empresas estatais	1453
7.2. Monopólio estatal	1454
7.2.1. Atividades monopolizadas	1454
8. Quadro sinóptico	1455
9. Jurisprudências 2023/2024	1457
10. Questões de concursos	1459
BIBLIOGRAFIA	1463